

4º Trimestre de 2013

1. Inflação em novo mínimo; ritmo de crescimento económico satisfatório, embora abaixo do previsto; sucesso claro da estratégia de estabilização económica

1. Síntese

De acordo com a informação disponível até final do ano, 2013 fica assinalado pela confirmação do sucesso da política de estabilização macro-económica, encetada em 2010 em articulação com o FMI, política que já em 2011 e 2012 tinha conhecido assinaláveis progressos de que neste Boletim foi dada oportuna nota.

Todas as variáveis que sinalizam o processo de estabilização – inflação, taxa de câmbio, nível de reservas em divisas internacionais, contas públicas – evidenciaram em 2013 um desempenho convergente no sentido do reforço desse processo, em boa parte como resultado da manutenção de adequadas políticas monetária e orçamental.

No que se refere à actividade económica, a estimativa mais recente (do FMI) aponta para uma taxa de crescimento do PIB em torno de 5%, inferior à inicialmente prevista (que era superior a 7%, recorda-se) mas mesmo assim exibindo um desempenho em linha com o estimado para o grupo de países exportadores de petróleo da África ao sul do Sahara.

Esta evolução proporcionou ao BNA (Comité de Política Monetária) a oportunidade para, a 25 de Novembro, decidir uma nova descida das suas taxas de intervenção: a Taxa Básica de Juro, de 9,75% para 9,25% e a Taxa da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez, de 11% para 10,25%, mantendo em 0,75% a Taxa da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez.

Esta decisão do CPM do BNA afigura-se inteiramente justificada no contexto de reforçada estabilização a que atrás se alude.

2. Inflação

No que respeita à inflação, verificou-se no período de 12 meses terminado em Novembro último, uma variação média do índice de preços no consumidor de 7,94%, beneficiando de uma clara tendência de abrandamento nos últimos meses, deixando antever a possibilidade da taxa média anual ficar abaixo de 8% e alcançando em qualquer caso um novo mínimo histórico.

Uma adequada combinação das políticas monetária, cambial e orçamental tem sido decisiva para o recuo da inflação nos últimos anos, com múltiplas vantagens para os agentes económicos, tanto consumidores como investidores, ao mesmo tempo que vai reforçando a confiança na moeda nacional.

3. Taxa de Câmbio

Em relação à taxa de câmbio USD/Kwanza, e após um primeiro semestre em que se manteve um ajustamento deslizante e contínuo, no segundo semestre tem-se assistido a alguma volatilidade no seu comportamento, ocorrendo meses em que o USD manteve a tendência de apreciação (Julho, Setembro e Novembro) e outros meses em que essa tendência foi invertida (Agosto e Outubro).

Tal como já havíamos referido na anterior edição deste Boletim (3º trimestre de 2013), esta evolução algo errática da taxa de câmbio USD/Kwanza ao longo do 2º semestre de 2013, estará associada às alterações do regime cambial aplicável às empresas petrolíferas, das quais terá resultado um aumento da oferta de divisas no mercado, reduzindo a pressão compradora junto do BNA.

Também como provável reflexo dessas mesmas alterações no regime cambial das companhias petrolíferas, verificou-se no segundo semestre um considerável abrandamento do ritmo de vendas de divisas pelo BNA aos bancos. Assim, enquanto no primeiro semestre as vendas aumentaram 16,3% em relação ao valor apurado no período homólogo de 2012 (USD 9.687,5 milhões contra USD 8.325,8 milhões), o aumento nos 5 primeiros meses do segundo semestre, também em termos homólogos, foi apenas de 2,7% (USD 8.475,7 milhões contra USD 8.250,2 milhões).

Não obstante as oscilações já referidas no desempenho da taxa de câmbio, tudo parece indicar que o ajustamento da taxa de câmbio USD/Kwanza do mercado primário (transacções entre o BNA e os bancos) foi em 2013 mais pronunciado que em 2012: com efeito, enquanto o USD valorizou apenas 0,5 kwanzas entre Dezembro de 2011 e Dezembro de 2012, a diferença entre os valores médios de Dezembro de 2012 e Dezembro de 2013 deverá ser da ordem de 1,6 a 1,7 kwanzas (de 1 USD = 95,826 Kwanzas em Dezembro de 2012 para um valor em torno de 1 USD = 97,5 kwanzas em Dezembro de 2013).

Refira-se que no último dia do ano a taxa média foi 1 USD= 97,6185 Kwanzas.

Não obstante este maior ritmo de ajustamento cambial, verifica-se que a taxa de câmbio real do Kwanza continua a mostrar uma tendência de apreciação. Sendo certo, como aqui se tem salientado, que esta apreciação real do Kwanza tem desempenhado um importante papel na estabilização da economia, em especial pelo seu contributo para a redução da inflação, ajudando a ancorar as expectativas dos agentes económicos, importa mais uma vez recordar o reverso da medalha desta política cambial: uma excessiva valorização real da moeda nacional tende a desincentivar o investimento nos sectores não petrolíferos, uma vez que os preços dos produtos importados se mostram mais atractivos.

É certo que uma política fiscal/aduaneira pode contrariar em parte e temporariamente estes efeitos negativos, mas não poderá ser uma solução a médio ou longo prazo.

Trata-se de um tema a que as autoridades competentes e responsáveis pela política económica do País não deixarão certamente de prestar a devida atenção, á medida que as perspectivas de estabilidade se forem consolidando, tendo em conta a outra importante vertente da estratégia de política económica, expressamente assumida, que consiste na diversificação da actividade económica reduzindo a dependência da produção de hidrocarbonetos.

4. Reservas em divisas internacionais

A evolução das reservas oficiais em divisas continua a mostrar-se favorável, embora tendo estagnado nos últimos meses, atingindo no final de Novembro USD 33 mil milhões (superior em USD 2,4 mil milhões ao valor registado no final de 2012), correspondendo a mais de 8 meses de importações de bens e serviços.

A manutenção de uma posição relativamente confortável das reservas em divisas constitui um importante factor de confiança no valor da moeda nacional – confiança que aparece reflectida, para além de outras variáveis, no reduzido diferencial entre as taxas de câmbio do mercado oficial e do mercado paralelo.

Esta maior confiança é propícia, ao mesmo tempo, à adopção de uma política mais voltada para o desenvolvimento económico, na medida em que viabiliza um maior esforço financeiro em projectos de renovação/recuperação de infra-estruturas básicas.

Sendo indispensáveis para assegurar, no futuro, um maior ritmo de actividade nos sectores não petrolíferos, como a agricultura e as indústrias transformadoras, convém ter presente que estes projectos infra-estruturais fazem apelo a uma elevada componente importada, tanto em bens de equipamento como serviços especializados, tornando indispensável a manutenção de uma posição cambial confortável para que possam ser realizados sem perturbações.

5. Contas Públicas

Neste capítulo, destaca-se em primeiro lugar o facto de o défice orçamentado para 2013 não se ter concretizado, segundo a mais recente estimativa do FMI, a qual aponta para uma execução orçamental praticamente equilibrada (ou mesmo com um ligeiro superavit, de 12 mil milhões de Kwanzas, equivalente a 0,1% do PIB).

A relativamente baixa taxa de execução do Programa de Investimentos Públicos (não superior a 60% do montante orçamentado), que terá sido consequência de constrangimentos administrativos na gestão do processo de despesa, explicará em boa parte o desvio positivo do saldo orçamental.

Esta situação de virtual equilíbrio orçamental em 2013 acontece depois de 3 anos sucessivos com excedentes – em 2010, excedente de 5,3% do PIB; em 2011, excedente de 10,24% do PIB; em 2012, excedente de 6,7% do PIB.

Estes excedentes contribuíram para reforçar a situação financeira da República de Angola, traduzida numa clara melhoria dos rácios da dívida pública e justificaram ainda uma melhoria do rating atribuído à dívida pública, nomeadamente por parte da agência Moody's.

Para 2014 está projectado um défice orçamental de Kwanzas 630 mil milhões, equivalente a cerca de 3,8% do PIB, num quadro de esperada aceleração da actividade económica traduzida numa expansão do PIB de 8,8%.

A esperada aceleração da actividade está certamente influenciada por uma forte expansão das despesas de investimento do Estado: de acordo com o OGE aprovado para 2014, a despesa de capital deverá atingir Kwanzas 1.701 mil milhões, cifra que, se realizada, representará um aumento de cerca de 50% em relação à execução estimada para 2013, que é de Kwanzas 1.137 mil milhões.

Mas não será de excluir que, tal como sucedeu em 2013, os mesmos constrangimentos administrativos voltem em 2014 a condicionar o ritmo de realização deste tipo de despesa, influenciando no mesmo sentido o ritmo de actividade e o crescimento do PIB, e determinando, no final, um défice orçamental inferior ao previsto.

6. Actividade económica (variação do PIB)

No tocante à actividade económica, e como já referido na síntese inicial, cabe salientar que o ritmo de crescimento em 2013 terá ficado algo aquém do previsto inicialmente (recorda-se que as previsões apontavam para um crescimento acima de 7% do PIB), estimando-se agora uma taxa de variação não superior a 5%. Esta alteração fica a dever-se ao desempenho mais frouxo do sector petrolífero, cujo crescimento não deverá superar 1%, enquanto os sectores não petrolíferos terão crescido entre 6% e 6,5%.

Note-se que o ritmo de expansão da actividade abaixo do previsto é também sinalizado pela desaceleração do crescimento do crédito bancário à economia (sector privado) ao longo do ano, passando de uma taxa homóloga de 18,5% em Janeiro para 9,74% em Junho, embora em Outubro se registasse alguma recuperação (12,9%).

Esta desaceleração do ritmo do crédito bancário terá ficado a dever-se à escassez de projectos financiáveis bem como à já referida baixa execução das despesas de capital do Estado, sendo certo que o nível de actividade de muitas empresas privadas (e consequentemente das suas necessidades de funding) está dependente do ritmo de realização deste tipo de despesa pública.

2. Mercado de Capitais

Facto muito relevante a assinalar no 4º Trimestre de 2013 é a publicação de diversos diplomas legais que definem o enquadramento regulamentar para o funcionamento do mercado de capitais em Angola.

A relevância desta iniciativa legislativa justifica que seja feita neste Boletim uma referência individualizada aos diversos diplomas publicados, incluindo uma breve síntese dos aspectos mais marcantes da respectiva regulamentação.

- Decreto Legislativo Presidencial nº4/13, de 9 de Outubro

Este diploma aprovou as bases do Mercado Regulamentado da Dívida Pública (MRDP), que é entendido como um mercado secundário de negociação de títulos de dívida pública nacional, gerido por uma entidade gestora própria e sujeito à supervisão da Comissão do Mercado de Capitais (CMC) (artigos 3º e 4º).

No MRDP poderão ser negociados os títulos de dívida pública emitidos pelo Estado Angolano que sejam fungíveis, livremente transmissíveis, integralmente liberados e que não se encontrem sujeitos a qualquer ónus (artigo 5º).

As transacções do MRDP serão realizadas através de sistemas de negociação próprios, “adequados à correcta formação dos preços dos títulos negociados e à liquidez do mercado, assegurando a transparência das operações (artigo 8º).

A negociação dos títulos será efectuada através dos membros do MRDP, podendo ser admitidos como membros os agentes de intermediação previstos na Lei dos Valores Mobiliários e outras instituições financeiras (bancos por exemplo) (artigo 10º).

- Decreto Legislativo Presidencial nº5/2013, de 9 de Outubro

Este diploma aprovou o Regime Jurídico das Sociedades Correctoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários.

Às sociedades correctoras (artigo 2º) caberá desenvolver as actividades de (i) recepção e execução de ordens por conta de terceiros, em mercados regulamentados ou fora deles, (ii) gestão de carteiras e de organismos de investimento colectivo, (iii) consultoria de investimentos, (iv) registo, depósito e custódia de valores mobiliários, (v) colocação, sem tomada firme, de ofertas públicas de valores mobiliários e (vi) serviços de câmbios indispensáveis á realização dos serviços previstos nas alíneas anteriores.

Às sociedades distribuidoras (artigo 3º) incumbe, para além das operações mencionadas nos pontos (i), (ii), (v) e (vi) para as sociedades correctoras, a realização das seguintes operações: (i) negociação para carteira própria, (ii) tomada firme e colocação com garantia em ofertas públicas, (iii) concessão de crédito, incluindo o empréstimo de valores mobiliários para a realização de operações em que intervenha a entidade concedente de crédito.

A constituição das **sociedades correctoras e distribuidoras de valores mobiliários** está sujeita a autorização nos termos da Lei das Instituições Financeiras (Lei nº 13/05, de 30 de Setembro), devendo essas sociedades, para além da obtenção da autorização, solicitar a sua inscrição em registo especial junto da CMC, antes de iniciar a sua actividade (artigo 9º).

- Decreto Legislativo Presidencial nº6/13, de 10 de Outubro

Por este diploma foi aprovado o Regime Jurídico das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados de Serviços Financeiros sobre Valores Mobiliários, as quais integram, nos termos do artigo 1º, as Sociedades Gestoras de Câmaras de Compensação, as Sociedades Gestoras de Sistemas de Liquidação e as Sociedades Gestoras do Sistema Centralizado de Valores Mobiliários.

- Decreto Legislativo Presidencial nº7/13, de 11 de Outubro

Este diploma aprovou o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo (OIC), definindo (artigo 2º, nº1) os OIC como instituições que “integram contribuições recolhidas junto do público tendo por fim o investimento no mercado de capitais, segundo o princípio da divisão de riscos e o princípio da prossecução do interesse exclusivo dos participantes”.

Ainda nos termos deste diploma (artigo 3º), os OIC podem revestir a forma de patrimónios autónomos, sem personalidade jurídica – sendo nesses casos designados “fundos de investimento” – ou revestir forma societária, com a designação de “sociedades de investimento”.

Quanto às espécies e tipologia (artigo 6º) os OIC poderão ser abertos ou fechados, consoante as unidades de participação que emitam sejam em número variável ou fixo, e ainda mobiliários ou imobiliários, podendo estes últimos ter uma natureza mista, neles coexistindo as duas categorias de unidades de participação, uma em número fixo e a outra em número variável.

A constituição de OIC depende de autorização prévia da CMC, abrangendo essa autorização, não só os documentos constitutivos como a escolha da entidade depositária e o pedido da entidade gestora para gerir o OIC (artigo 22º).

A gestão dos OIC apenas pode ser exercida por entidades gestoras, podendo assumir essa função as instituições financeiras para tal habilitadas por lei para o efeito, incluindo as sociedades gestoras de OIC reguladas por este mesmo diploma (artigo 39º).

A regulamentação das sociedades gestoras consta dos artigos 53º a 58º do diploma.

O diploma regula ainda a função de depositário de OIC, sendo que esta função apenas pode ser exercida por instituições financeiras bancárias com sede em Angola (artigo 60º).

Disclaimer

Principais fontes de informação: BNA e FMI.

As observações que se encontram expressas neste documento acerca do significado da informação objectiva nele apresentada não constituem opinião do Banco BAI Europa, reflectindo exclusivamente a opinião das pessoas responsáveis pela elaboração do texto.